



Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor dos Bacelos – Palmela

Anexos



ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXOS:

Anexo I – Consulta Entidades

Anexo II – Plantas Relevantes do Plano de Pormenor

Anexo III – Fauna

Anexo IV – Património

Anexo V – Ambiente Sonoro

ANEXO I – CONSULTA A ENTIDADES



MINISTÉRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
INTERNA



ANPC
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA
CORRESPONDÊNCIA
ENTRADA 13/10/10
REGISTO DAU
DESTINO DAU
RECEBIDO DAU
O FUNCIONÁRIO _____

Câmara Municipal de Palmela

Largo do Município
2951-505 Palmela

Vossa ref./Your ref.	Vossa data/Your date	Nossa ref./Our ref.	Data/Date
		OF/18064/CDOS15/2010	2010-10-01

Assunto/Subject: Planos de ordenamento do território - Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor dos Bacelos, Quinta do Anjo, Palmela

Exmos. senhores

No seguimento do vosso ofício, Ref. SAI-2010/16455, de 13 Agosto de 2010, enviado à ANPC, relativo ao assunto em epígrafe, junto se envia Parecer sobre o Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor dos Bacelos, Quinta do Anjo, do município de Palmela.

Com os melhores cumprimentos,

P O Comandante Operacional Distrital

António Gualdino

Rui Costa
Rui Costa
2º Comandante Operacional Distrital

Parecer - Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), Plano de Pormenor dos Baceiros

Nos termos do RJIGT (Art.75º-C do DL 46/2009, de 20 de Fevereiro) somos a emitir as seguintes considerações:

1. Definição do âmbito da AAE

No âmbito da consulta inicial, o procedimento deverá informar relativamente aos seguintes pontos:

- Quadro de Referência Estratégico utilizado (incluir todos os que contenham orientações relativas aos Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) presentes no perímetro do plano e envolvente.
- Factores Ambientais ou Factores Críticos de Decisão (Incluir os RNT).
- Indicadores ou evidências de processos biofísicos ou antrópicos que possam conduzir a situações de acidente grave ou catástrofe.
- Possíveis efeitos ambientais introduzidos pelo Plano de Urbanização ao nível da segurança de pessoas e bens (nomeadamente, agravamento, mitigação ou sem efeitos).
- Propostas alternativas ao planeamento inicial, caso exista introdução ou agravamento de RNT.
- Outros¹ (Caderno Técnico PROCIV6).

2. Alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental

- Assegurar que absorve o proposto na definição de âmbito de AAE.
- Assegurar a ponderação de todas as condicionantes, especialmente as relacionadas com as vulnerabilidades da população/ território e os riscos naturais e tecnológicos.
- Garantir a integração das questões de protecção civil na preparação e aprovação do Plano de Pormenor, num quadro de desenvolvimento local.
- Garantir que os planos de protecção civil são considerados como referência para aplicação e desenvolvimento do Plano de Urbanização.
- Identificar e caracterizar os perigos, eventos ou situações, de origem natural, tecnológica ou antrópica, com potencial para causar ou criar danos consideráveis nesse território e respectiva área de intervenção.
- Identificar as áreas de maior vulnerabilidade e susceptíveis de serem afectadas por riscos colectivos.
- Analisar para cada tipo de risco, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados.

¹ Ponto 4, Caderno Técnico PROCIV6, pag. 16



MINISTÉRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
INTERNA



ANPC
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

- Representar cartograficamente as áreas de vulnerabilidade ou perigosidade, assim como os meios previstos para a sua mitigação (ex. *Rede de combate a incêndios urbanos; localização de Quartel dos CBV mais próximo; outros.*);
- Identificar todos os instrumentos que concorrem para a mitigação dos riscos (exemplo, planos que abordem a gestão do risco, incluindo as medidas de prevenção, de protecção, de inspecção e auditoria, de autoprotecção, de organização das forças de intervenção e de prontidão para o socorro).
- Prever no processo de planeamento, a gestão e regulação das áreas de vulnerabilidade, perigosidade ou risco, assim como dispositivos, que permitam minimizar os efeitos das potenciais consequências.
- Apresentar propostas de monitorização pormenorizada das áreas com efeitos significativos na segurança de pessoas, bens e ambiente, decorrentes de riscos naturais e tecnológicos.
- Prever o envolvimento do Serviço Municipal de Protecção Civil no processo de planeamento, de forma a contribuir para a articulação entre o ordenamento do território e a política de protecção civil a nível municipal.

3. Considerações Finais

Sugere-se a consulta do *Caderno Técnico Prociv 06 – Manual para a elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente de Protecção Civil*, disponível on-line através do endereço www.prociv.pt.

Sempre que não seja possível a aplicabilidade de determinadas propostas deve ser apresentada justificação (devidamente fundamentada) para a sua não utilização ou estudo.

Para eventuais esclarecimentos ou envio de documentação referente ao Plano podem ser enviados para o endereço electrónico sandra.reis@prociv.pt, a fim de serem atempadamente apreciados.

A Representante ANPC,

Sandra Reis

(Sandra Reis)

(Lic.º Geografia e Planeamento Regional - Geografia Física)

SANDRA REIS
TÉCNICA SUPERIOR

**FAX**

DATA:

(Date)

PARA:

(To)

Ex.mo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Palmela

Fax nº.

212 338 629

DE:

(From)

Autoridade Florestal Nacional

Direcção de Unidade de Gestão Florestal

Fax nº.

21 312 49 91

Nº DE PÁGINAS:

(Num of pages)

1

MENSAGEM Nº.

(Message nº)

FAX ENVIADO

N.º 193

09/09/10

ASSUNTO:

(Subject)

Procedimento AAE - "Relatório de Factores Críticos para Decisão e Proposta Preliminar do Plano de Pormenor dos Bacelos-Quinta do Anjo -Palmela"

Após análise do Relatório de Factores Críticos para a Decisão da AAE e da Proposta Preliminar do Plano de Pormenor dos Bacelos, localizado no concelho de Palmela, v/ref. SAI-2010/16453, de 13/08/10, informamos V. Exa. que os documentos deverão contemplar, nomeadamente, as seguintes condições/condicionalismos:

1. Presença de espécies protegidas (sobreiros), ainda que dispersas, há necessidade de cumprir com o determinado no Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de Maio, com as alterações introduzidas pela Decreto-Lei nº 165/2004, de 30 de Junho.
2. No caso de vir a ser efectuado o corte prematuro de exemplares de pinheiro bravo em áreas superiores a 2 ha, ou de eucaliptos em áreas superiores a 1 ha, deverá ser cumprido o Decreto-Lei n.º 173/88, de 17 de Maio, e o Decreto-Lei, n.º 174/88, de 17 de Maio, que estabelece a obrigatoriedade de manifestar o corte ou arranque de árvores.
3. Uma vez que todo o território nacional foi considerado, pela Portaria nº 553-B/2008 de 27 de Junho, afectado pelo nemátodo da madeira do pinheiro, o corte de resinosas encontra-se sujeito às restrições impostas para o controlo e erradicação dessa doença constante na Portaria 103/2006 de 6 de Fevereiro.

Realçamos ainda a necessidade dos documentos integrarem o disposto no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF AML), D.R. n.º 15/2006 de 19 de Outubro, as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, que o republica, bem como as disposições estabelecidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Concelho de Palmela.

Com os melhores cumprimentos,

O Director Nacional,

(João Pinho)

MMC


AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

Av. João Crisóstomo, 26-28, 1058-040 LISBOA, Portugal

☎ +351.21 312 4000 ☎ +351.21 312 4987

info@afn.min-agricultura.pt | www.afn.min-agricultura.pt

APA 2010-10-13 13:30 5-014018/2010

 **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA**
CORRESPONDÊNCIA
ENTRADA 18.10.10
REGISTO _____
DESTINO DAU
REQUERIDO _____
O PUNTO DE LIGAZÃO _____

Exmo. Senhor
Presidente
Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município
2954-001 PALMELA

S/ referência	Data	N/ referência	Data
		2371/2010	
		AAE409 / GAIA	

Assunto: **AAE Plano de Pormenor dos Bacelos, Quinta do Anjo, Palmela**

Serve a presente para transmitir a V. Exa. que o Plano enviado a esta Agência para parecer relativamente à sua avaliação ambiental estratégica nos termos do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, conjugado com o Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, mereceu a nossa melhor atenção.

Face às competências do Gabinete de Emergências e Riscos Ambientais, foi avaliada a necessidade de integração das disposições relativas à prevenção de acidentes graves, nomeadamente as consagradas no Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de Julho, na referida Avaliação Ambiental Estratégica.

Este diploma transpõe para direito interno a Directiva 96/82/CE, alterada pela Directiva 2003/105/CE que, no seu artigo 12º, estabelece que os Estados-membros devem assegurar que os objectivos de prevenção de acidentes graves e de limitação das respectivas consequências devem ser tidos em conta nas suas políticas de afectação ou utilização dos solos e/ou noutras políticas pertinentes.

O Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de Julho, veio definir as responsabilidades na implementação dos procedimentos que visam ordenar o território na envolvente de estabelecimentos abrangidos por este diploma, estabelecendo, no seu artigo 5º, a necessidade de manter distâncias adequadas entre estes estabelecimentos e zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis:

- Na elaboração, revisão e alteração dos planos municipais de ordenamento do território, pelas câmaras municipais;
- Nos procedimentos de licenciamento de instalação ou alteração de estabelecimentos abrangidos, que só podem iniciar-se após a emissão de parecer da APA que ateste da compatibilidade da localização (emitido em sede de AIA, quando aplicável);
- Nas operações urbanísticas de iniciativa pública ou privada na proximidade de estabelecimentos abrangidos.

Para a implementação do artigo 5º do referido diploma, está prevista a publicação de uma portaria, que irá estabelecer os critérios a aplicar na definição de distâncias de segurança adequadas. No sentido de concretizar a publicação da referida portaria, encontra-se em curso um estudo para o estabelecimento dos respectivos critérios de referência.

Relatório de Factores Críticos de Decisão

Da avaliação dos elementos relativos ao Plano de Pormenor (PP) dos Bacelos, verifica-se o seguinte:

- A área de intervenção do PP em apreço situa-se no concelho de Palmela, na freguesia de Quinta do Anjo, ocupando uma área de 19,14 hectares.

- Na zona em apreço não existem estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de Julho;
- No concelho de Palmela foram identificados dois estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho, nomeadamente a Hempel (Portugal), Lda. (nível superior de perigosidade) e a Resibras - Companhia Portuguesa de Resinas para Abrasivos, S.A. (nível inferior de perigosidade), situados a cerca de 5,8 km e 4,8 km da área em apreço, respectivamente.

Perante o exposto, não se considera necessário incluir informação relativa à prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, no âmbito desta Avaliação Ambiental Estratégica.

Com os melhores cumprimentos.

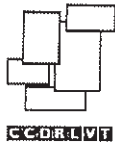
 O Director-Geral

Mário Grácio



Cristina Russo
Chefe de Divisão

MCS/



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Delegação Sub Regional da Península de Setúbal

18/05/10
JAV

Exma. Senhora Presidente
Câmara Municipal – Palmela

Largo do Município
2951-505 PALMELA

Sua referência
SAI-2010/16462

Sua comunicação

Nossa referência
VP-001008-2010

Proc. 16.05.07.01.000010.2006 /

ASSUNTO: **AAE - RFCD do Plano de Pormenor dos Bacelos
Setúbal/Palmela/Quinta do Anjo**

Nos termos e para os efeitos previstos no disposto no n.º 7 do art.º 74.º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo DL n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro (RJIGT), em conjugação com o n.º 3 do art.º 5.º do DL n.º 232/2007, de 15 de Junho (RJAA), esta CCDR procedeu à análise do documento intitulado "*Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor dos Bacelos – Palmela/Relatório de Factores Críticos para a Decisão*" concluindo, no âmbito das suas competências específicas, pela necessidade de serem atendidas as observações produzidas e constantes do parecer anexo, integrando-as de igual modo na fase sequente da Avaliação Ambiental e no respectivo Relatório Ambiental.

Com os melhores cumprimentos,

A Vice-Presidente

Paula Santana

dv

Anexo: o mencionado

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DL 380/99, de 22/09 com a rectificação dada pelo DL 46/2007, de 20/03



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



PARECER TIPO 4

FICHA DO GESTOR DO PROCESSO
(parecer final)

IDENTIFICAÇÃO

Processo nº: DSR 357-000011-/2010
Processo nº: 16.05.07.01.000010.2006

Tipo de plano: Plano de Pormenor
Procedimento: Elaboração

Designação: Plano de Pormenor dos Bacejos
Comuna Municipal de: Palmela
Quilómetros: PROFICO Ambiental

Contextualização

A área em análise situa-se no concelho de Palmela e insere-se totalmente no Parque Natural da Arrábida e parcialmente no Sítio de Importância Comunitária (SIC) "Arrábida - Espichel".

A área de intervenção do Plano de Pormenor dos Bacejos ocupa no seu conjunto cerca de 19,14 ha e abrange exclusivamente território da freguesia de Quinta do Anjo, situando-se a Sul desta, mais precisamente na Aldeia dos Bacejos.

Os acessos à área apresentam como contexto a Ponte Vasco da Gama (a cerca de 14km), a A2, a A6 e IC13. Com acesso próximo apresenta a EN379, Palmela - Fogueteiro, passando por Vila Nogueira da Azelão e Quinta do Conde, e a EN10 no entroncamento em Vila Fresca de Azeitão.

Trata-se de uma área com características peculiares uma vez que se encontra numa situação de transição entre áreas predominantemente "naturais" e outras claramente humanizadas, entre paisagem rural e paisagem urbana.

De acordo com a proposta de elaboração do PP apresentada em 2007, as questões fundamentais que consubstanciam os objectivos do PP são:

- Para a Área de Intervenção correspondente à Zona Urbana
 - Estabelecer uma correcta definição e caracterização da área urbana, identificando formas de proteger e dinamizar os valores culturais e naturais;
 - Configurar os novos espaços públicos, equipamentos e estruturas de apoio, definindo e dimensionando as acessibilidades viárias e pedonais às áreas interiorizadas (antigos quintais e hortas);
 - Elaborar uma proposta de ocupação diferentes usos (habitacional, comercial e outros) das áreas ainda não ocupadas;
 - Definir a localização de espaços destinados ao estacionamento automóvel de suporte às novas estruturas a criar;
 - Definir e qualificar os percursos de aproximação às "Grutas da Quinta do Anjo", e área urbana envolvente;
 - Propor para o edificado já existente na área de estudo, a requalificação e/ou eventual substituição de alguns dos seus elementos por novos edifícios, a destinar a usos habitacionais, de comércio, turismo e lazer.

- Para a área de protecção às "Grutas da Quinta do Anjo":
 - Criar um Espaço Multi-usos;
 - Criar um Gabinete da C.M.P. contíguo ao espaço multi-usos;
 - Um Centro de Interpretação Ambiental das Grutas da Quinta do Anjo;
 - Uma estrutura de apoio e informação ao turismo de natureza.

- Para a Área de Intervenção correspondente à Zona Rural, a proposta de plano deverá definir a sua valorização ambiental bem como os seus usos, tendo em conta a sua compatibilidade com o uso agrícola, bem como definir construções destinadas ao apoio da agricultura, da observação da natureza e educação ambiental.

APRECIACÃO CONCLUSIVA

O documento apresentado denomina-se "Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor dos Bacejos - Palmela/Relatório do Fatores Críticos para a Decisão".

A área do PP constitui o que a legislação permite designar por "pequena área a nível local", sendo por razões de carácter ambiental que se propõe a decisão de realização de avaliação ambiental (SIC Arrábida - Espichel) e IPE para as aves selvagens "Cabo Espichel", ambos integrados na Rede Natura 2000; inserção da área no Parque Natural da Arrábida, sendo abrangida pelo respectivo Plano de Ordenamento). De acordo com o POPNA, a área classifica-se como "perímetros urbanos", embora não regulamente este tipo de áreas, aplicando-se o disposto pelo PDM de Palmela.

O relatório considera ainda, na 1ª parte - Enquadramento - ponto 1.1.1., que o Plano não abrange acções susceptíveis de causar efeitos significativos sobre o

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DL 282/99, de 22/09, com a redacção dada pelo DL 45/2007, de 22/02



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



	<p>ambiente/área natural de enquadramento, razão pela qual não é sujeita a Estudo de Incidências Ambientais. Porém, em 2. Enquadramento e caracterização da área do PP, refere-se a realização desse Estudo de Incidências Ambientais. O relatório apresentado traduz a necessidade de consulta às entidades com competências e interesses em matéria ambiental.</p> <p>As razões pelas quais se realiza avaliação ambiental não são claras, sobretudo porque na contextualização o relatório desvaloriza os aspectos influentes em matéria ambiental (como seja registar que as acções previstas não são significativas neste âmbito), salientando apenas a questão dos limites das áreas em causa. Assim, a equipa da avaliação deve identificar as razões que fundamentam o próprio exercício, razão pela qual é necessária a sua colaboração. Deverá ainda clarificar a situação sobre a realização do Estudo de Incidências Ambientais, suas razões e compatibilização, de contexto e objectivos, com a Avaliação Ambiental em curso.</p>
<p>2. O plano municipal de ordenamento do território (PP) deve ser elaborado de acordo com o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro, e deve ter em conta o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro.</p>	<p>Pretende-se com a elaboração da AAE, produzir um Plano equilibrado onde sejam integradas as dimensões Ambiental e Sustentabilidade de forma a contribuir para a melhoria das práticas de Gestão territorial.</p> <p>Dos elementos constantes do relatório sobre a perspectiva e a metodologia de desenvolvimento do exercício releva-se o carácter estratégico.</p> <p>Apresenta uma programação articulada com o processo de elaboração do Plano e de AA.</p>
<p>3. O plano municipal de ordenamento do território (PP) deve ser elaborado de acordo com o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro, e deve ter em conta o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro.</p>	<p>Os aspectos essenciais do Plano são apresentados de forma sintética, permitindo perceber genericamente o objecto de avaliação.</p>
<p>4. O plano municipal de ordenamento do território (PP) deve ser elaborado de acordo com o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro, e deve ter em conta o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro.</p>	<p>São propostos os seguintes Factores Críticos para a Decisão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Dinâmicas Territoriais e Estrutura Urbana 2. Património Natural e Conservação de Recursos 3. Património Cultural 4. Desenvolvimento Socioeconómico
<p>5. O plano municipal de ordenamento do território (PP) deve ser elaborado de acordo com o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro, e deve ter em conta o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro.</p>	<p>À nível da Socioeconomia considera-se que o factor crítico "desenvolvimento socioeconómico" não apresenta características "críticas" para a decisão, mas que corresponde meramente a objectivos gerais do Plano e do Município para o território, propondo-se assim que o mesmo seja retirado.</p> <p>Por outro lado, as dinâmicas territoriais apenas se apresentam "críticas" do ponto de vista de comprometerem, ou não, uma valorização territorial, que já tem implícita a sustentabilidade (designadamente face ao valor natural também). Assim, este domínio das dinâmicas territoriais tem um interesse relevante enquanto valor socioeconómico, sintetizada na vida territorial. Este é o interesse que se julga relevante na abordagem e natureza da avaliação ambiental.</p> <p>O PP pretende viabilizar dois grandes objectivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Attribuir coerência formal, funcional e estética à área de intervenção, qualificando a sua vivência tanto pelos habitantes, como pelos visitantes, criando valores qualitativos de referência, que constituam estímulo à descoberta dos valores patrimoniais, paisagísticos e culturais; • Conferir sustentabilidade à zona, programando o preenchimento dos espaços intersticiais expetantes, de acordo com os critérios de preservação de escala e integração nos valores existentes, de forma harmoniosa, mas induzindo o florescimento de novas actividades comerciais e turísticas (preferencialmente ligadas às actividades e produtos tradicionais), bem como a criação de espaços públicos de qualidade no interior do tecido, permitindo a sua interpretação.
<p>6. O plano municipal de ordenamento do território (PP) deve ser elaborado de acordo com o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro, e deve ter em conta o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro.</p>	<p>Os factores ambientais analisados têm por base as questões consideradas pertinentes pelo DL 232/2007, sendo hierarquizados segundo a relevância para o cumprimento dos objectivos do Plano e os potenciais efeitos associados às intervenções inerentes.</p> <p>A abordagem das questões relacionadas com a REN deverá ser integrada nos Factores Ambientais "Biodiversidade", "Recursos Hídricos" e "Ordenamento da Território".</p> <p>Faço aos Factores Críticos de Decisão apresentados no relatório, considero-se que as questões subjacentes à REN se devem enquadrar nos factores "Dinâmicas Territoriais e Estrutura Urbana" e "Património Natural e Conservação de Recursos".</p>
<p>7. O plano municipal de ordenamento do território (PP) deve ser elaborado de acordo com o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro, e deve ter em conta o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 282/99, de 22 de Setembro, e no artigo 1.º da Lei n.º 45/2007, de 22 de Fevereiro.</p>	<p>Contempla. Concorde-se na generalidade com o GRE apresentado.</p> <p>Relembra os macro-objectivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos a nível nacional que são relevantes e exigidos legalmente para a avaliação, bem como a ligação a outros planos de âmbito regional com os</p>



qual o objecto de avaliação em AA estabelece relações.

Pelos motivos já referidos em 4.1, considera-se de excluir o FCD "Desenvolvimento Socioeconómico".

Alerta-se para o facto de a Quadro 3.9 (Factores Críticos para a Decisão, Critérios de Avaliação e Indicadores para o PP dos Bacelos) se encontrar incompleto uma vez que o FCD "Património Natural e Conservação de Recursos" não foi contemplado.

- Em termos de Ordenamento do Território, há que considerar que a área do "Plano de Pormenor dos Bacelos" encontra-se integrada na área do "Plano de Urbanização da Quinta do Anjo", em elaboração e que será também submetida a Avaliação Ambiental, pelo que as avaliações ambientais deverão ser devidamente articuladas entre si.

- Deverá ser avaliada o contributo do PP para o desenvolvimento de um sistema urbano equilibrado, da relação espaço urbano/espaço natural e de que modo assegura uma adequada organização e utilização do território e o acesso às funções urbanas.

- Apesar de o Ordenamento do Território não ter sido considerado um FCD, o mesmo encontra-se implícito no FCD "Dinâmicas Territoriais e Estrutura Urbana". Considera-se relevante o protagonismo que este FCD assume no relatório, consistindo num factor fundamental de análise e que funcionará como garante importante para a sustentação da opção planificadora prevista para aquela área. Os critérios e objectivos subjacentes a este FCD são diversos (compatibilização com os IGT's; compatibilização com servidões e restrições de utilidade pública existentes no local, Uso do Solo, Estrutura Urbana, etc.) Contudo, e uma vez que o plano prevê intervenções directamente relacionadas com as Grutas da Quinta do Anjo e se pretende a criação de uma série de infra-estruturas relacionadas com o desenvolvimento de actividades na área do Turismo, prevê-se um aumento significativo da afluência e circulação de pessoas e veículos, afigurando-se pertinente considerar as questões relacionadas com as acessibilidades. Neste âmbito devem ser consideradas soluções inovadoras na organização de transportes de forma a estabelecer qual o grau e o impacto que o plano produzirá em termos de alternativas viáveis de mobilidade no automóvel privado.

- Para cada um dos FCD definidos, são apresentados critérios de avaliação que referem genericamente objectivos de sustentabilidade e indicadores, sendo que os indicadores definidos são muito genéricos. Os indicadores devem ser específicos, preferencialmente mensuráveis, de modo a demonstrar o seu contributo para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território.

4.7. Critérios de Avaliação e Indicadores para REN (conforme a Avaliação de Impacte e os Indicadores de Sustentabilidade e Indicadores de Qualidade de Vida e Ambiente, entre outros)

Até ao nível da Reserva Ecológica Nacional (REN), de acordo com a Carta da REN do Conselho de Palmela publicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/96, de 13 de Abril, a área do plano é abrangida por esta restrição de utilidade pública, abrangendo áreas de "Leitos dos Cursos de Água".

No Relatório apresentado apesar de se aludir às servidões e restrições de utilidade pública, a REN não se encontra contemplada em nenhum dos seus itens.

- A REN deverá ser contemplada na Avaliação Ambiental do Plano, seja como condicionante legal seja como sistema biológico de particular sensibilidade, de acordo com os diversos valores em presença. Importará desde já destacar que qualquer intervenção em REN deverá ter um carácter excepcional.

Tendo em vista enquadrar o futuro desenvolvimento dos trabalhos do Relatório Ambiental, considera-se imprescindível que o mesmo acautele os seguintes aspectos:

- Identificação/quantificação das áreas de REN e identificação das acções propostas para as mesmas, concluindo quanto à sua adequação face ao estabelecido neste regime e evidenciando eventuais situações de violação e o seu enquadramento legal em termos das excepções consagradas na lei.
- Avaliação dos Impactes da(s) proposta(s) face aos objectivos pretendidos com a classificação da linha de água como REN, nas suas diversas vertentes, nomeadamente do ponto de vista de quantidade e qualidade da água e interferências com a faixa de protecção.

A AA em matéria de REN deve ter em consideração os valores ecológicos e biológicos em presença na área de intervenção, ponderando-se uma eventual inclusão de áreas nesta restrição de utilidade pública bem como as devidas medidas de minimização e compensação ambiental dos efeitos da proposta sobre as áreas de REN.

A definição do âmbito da Avaliação Ambiental do PP de Bacelos refere o ruído como uma preocupação a ter em consideração, contudo, não define objectivos relevantes e indicadores para fase de seguimento do processo de AA.

A título meramente indicativo, propomos:

Objectivos de sustentabilidade

- Caracterizar e avaliar o ambiente sonoro na área do PP
- Criar soluções de ordenamento do espaço territorial que promovam a qualidade do ambiente sonoro, tendo em conta as fontes sonoras existentes e

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DL 380/99, de 22/09 com a redacção dada pelo DL 46/2007, de 30/02



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



	<p>previstas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a classificação das zonas sensíveis e/ou mista na área do plano; e, - Implementar, caso necessário, medidas de redução de ruído com vista ao cumprimento dos valores-limite dos indicadores de ruído legalmente definidos. <p>Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentagem da área atribuída a zonas sensíveis e/ou mista exposta a níveis sonoros superiores aos valores-limite; e/ou, - Percentagem de população exposta aos valores superiores aos limites legais; e/ou, - Percentagem de redução de fontes de ruído.
<p>4.2. Fontes de informação que são utilizadas para recolha de dados</p>	<p>Não é efectuada uma discriminação das fontes de informação a utilizar, sendo apenas referido que irão ser utilizados estudos resultantes da elaboração do próprio plano, e outros pertinentes para o regido em estudo e do INE.</p> <p>Os procedimentos de recolha e as metodologias com que se pretende tratar a informação não são referidos.</p>
<p>5.1. Fontes de informação que são utilizadas para recolha de dados</p>	<p>Contempla.</p>
<p>ANEXO 1 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica (AAEE) do Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) de Palmela</p>	<p>Apresentada em função dos instrumentos que constituem o QRE e considerando os principais objectivos e directrizes, nomeadamente um plano de ambiente e desenvolvimento sustentável.</p>
<p>ANEXO 2 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica (AAEE) do Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) de Palmela</p>	<p>Contempla.</p>

Da análise realizada ao Relatório de Factores Críticos apresentada pela CMP resulta um conjunto de observações que apontam para a necessidade da AA do Plano de Palmela vir a ponderar aspectos não contemplados no documento apresentado.

Em termos de Ordenamento do Território, deverão ser atendidos os considerandos acima expostos, devendo ser integrados na fase seguinte da AA, à saber, no Relatório Ambiental do Plano.

Os indicadores deverão assentar, sempre que possível, em dados mensuráveis, pelo que este domínio carece de reflexão e concretização dos indicadores para que seja possível a sua eficaz avaliação.

Atenta a responsabilidade da Câmara Municipal de Palmela em sede de AA competir-lhe-á, de forma integrada, ponderar eventuais observações colocadas pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) chamadas a pronunciar-se neste contexto.

Em síntese a CCDRLV emite Parecer Favorável Condicionado ao cumprimento das questões elencadas nesta ficha sobre o presente relatório, devendo o Relatório Ambiental incluir as orientações constantes deste Parecer, em particular no ponto 4.

RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO	
DSOT/DGT	Data: 27.08.2010
ANEXO	
	<p>1. Introdução</p> <p>Identifica o RA em relação ao plano ou programa, as responsabilidades do plano ou programa e da RA, a legislação que enquadra a avaliação e o plano ou programa e os antecedentes mais imediatos (e.g. referência ao relatório dos FCD e às consultas realizadas).</p> <p>2. Objectivo e metodologia da AA</p> <p>Apresenta o objectivo da AA e o metodologia seguida, bem como o cronograma de articulação do processo de AA com o processo de planeamento.</p> <p>3. Objecto de avaliação</p> <p>Pode designar genericamente o Plano, mas preferencialmente deve particularizar se se trata das questões estratégicas (podem estar na forma de objectivos estratégicos, prioridades, linhas de força, cenários), das grandes opções estratégicas (podem coincidir com os cenários, ou não, depende de cada caso), do modelo territorial e/ou do zonamento proposto (ver NOTA final). É aqui que se distingue a que fase do processo de planeamento se está a aplicar o relatório.</p> <p>4. Factores Críticos para a Decisão (FCD), Critérios e Indicadores</p> <p>Constitui uma síntese do Relatório dos FCD, alinhada após a consulta pública e institucional. Inclui um quadro síntese do QRE (principais planos, programas e políticas com os quais se relaciona) e a relação entre os FCD e os factores ambientais previstos na legislação. Os FCD possuem um objectivo, e estruturam-se em critérios que por sua vez se estruturam em indicadores quantitativos ou qualitativos.</p> <p>5. Análise e Avaliação Estratégica por FCD</p> <p>Cada um dos FCD estrutura este capítulo (deve haver um número n de sub-capítulos, com n = nº de FCD). Cada FCD é estruturado da seguinte forma:</p> <p>5.1. Objectivos do FCD e breve descrição.</p> <p>Identifica o objectivo do FCD que delimita o âmbito da análise e avaliação correspondente (por norma não deve ultrapassar meia página, de preferência um parágrafo).</p> <p>5.1.2. Análise de tendências por FCD e análise SWOT</p> <p>Começa com um quadro com uma síntese dos objectivos e metas saídas do QRE e relevantes para esse FCD. Segue com uma análise tendencial por critério, utilizando os indicadores. Pode incluir uma análise de cenários se esta não tiver sido feita separadamente. Integra uma síntese na forma de análise SWOT.</p>

9

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DL 380/99, de 22/09 com a redacção dada pelo DL 46/2009, de 20/02



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



	<p>5.n.3. Oportunidades e riscos por FCD</p> <p>Avaliação das opções estratégicas/modelo territorial/propostas de zonamento, tendo por referência objectivos de sustentabilidade (quando disponível) e o QRE, identificando oportunidades e riscos conforme o sentido da tendência face aos referenciais de avaliação.</p> <p>5.n.4. Programa de seguimento: Inclui directrizes para planeamento ou programação, gestão, monitorização e pós-avaliação, bem como um quadro de governança.</p> <p>As directrizes constituem medidas que assegurem que os riscos identificados sejam evitados e as oportunidades aproveitadas. As directrizes de monitorização e pós-avaliação podem ser separadas de forma clara num programa de execução, para dar resposta mais directa à legislação.</p> <p>O Quadro de governança para acção (exigências institucionais e de responsabilidade para melhor desempenho) destina-se à identificação da partilha de responsabilidades para efeito da implementação do plano ou programa e das directrizes que saem da avaliação.</p> <p>6. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica (Integração de resultados).</p> <p>7. Conclusões</p> <p>Resumo Não Técnico</p>
<p>NOTA:</p> <p>Apois de a legislação só exigir a apresentação de um RA, o processo de AAE, sendo iterativo, pode gerar avaliações intermédias, e consequentemente, mais do que um relatório. Caso tenham existido avaliações intermédias ou intercalares (e.g. análise de compatibilidades e conflitos, avaliação de cenários, avaliação de opções, avaliação do modelo territorial), deverão ser abertos capítulos no RA para apresentar uma síntese de cada um desses resultados. Poderá assim ocorrer que o proponente solicite a apreciação das instituições ambientais para mais do que um relatório (e.g. compatibilidades e conflitos, avaliação de cenários, opções estratégicas, modelo territorial) consoante seja apropriado. Este processo poderá ter lugar, por exemplo, no âmbito do acompanhamento da elaboração de PDMs.</p> <p>Outros relatórios, além do Relatório Ambiental, que contribuem para o processo de AAE:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Análise de compatibilidades e conflitos2. Avaliação de cenários3. Avaliação de opções estratégicas4. Avaliação do modelo territorial <p>Pretende identificar conflitos e sinergias entre objectivos sectoriais, que podem constituir potenciais riscos e oportunidades. Podem incluir também análise de objectivos de sustentabilidade deste modo analisando de que modo o plano ou programa contribui para objectivos de sustentabilidade.</p> <p>2. Avaliação de cenários</p> <p>Sempre que um plano ou programa inclua o desenvolvimento e análise de cenários estes deverão ser objecto de AAE. É um dos momentos críticos dos processos de AAE e de planeamento, onde existe a oportunidade antecipada fazer uma análise ambiental e de sustentabilidade e uma convergência de prioridades. Pode igualmente constituir uma discussão de alternativas em AAE.</p> <p>3. Avaliação de opções estratégicas</p> <p>As opções estratégicas representam os caminhos possíveis da estratégia que vier a ser adoptada pelo plano ou programa. Constitui uma das formas de discussão de alternativas em AAE, complementar à avaliação de cenários caso tenha ocorrido. A avaliação de opções é uma das componentes indispensáveis numa metodologia de AAE de natureza estratégica.</p> <p>4. Avaliação do modelo territorial</p> <p>O modelo territorial deveria ser o segundo momento de avaliação indispensável numa metodologia de AAE de base estratégica. Já que concretiza as opções estratégicas antes consideradas. O modelo constitui a proposta estratégica do plano territorial. O zonamento e as propostas de acção são já uma concretização do modelo territorial e devem ser utilizados como elementos que ilustram o que se quer com o modelo territorial.</p> <p>As propostas de acção em si não devem ser objecto de avaliação isoladamente, porquanto não constituem estratégia em si e não possuem ainda detalhe suficiente para serem avaliadas como projectos.</p>	



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

ENTRADA
REGISTO
DESTINO
RECEBIDO
OBRIGADO

TELECÓPIA

DGADR
Direcção-Geral
de Agricultura e
Desenvolvimento Rural

PARA: Câmara Municipal de Palmela

N.º DE FAX: 212 336 619

DE: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

TELECÓPIA N.º: 149/DSRRN/DPRS/2010

DATA: 26.08.2010

NÚMERO DE PÁGINAS (Incluindo esta):

REFERÊNCIA: Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Factores Críticos para a
Decisão da AAE do Plano de Pormenor dos Baceiros – Quinta do Anjo - Palmela

MENSAGEM:

(message:)

Em resposta ao solicitado por V. Exª através do ofício de refª SAI-2010/16476, de 13.08.2010, sobre o assunto supramencionado, tem-se a referir o seguinte:

- De entre as competências da DGADR salienta-se a protecção das áreas de RAN, as quais apresentam maior aptidão para a actividade agrícola.

Estas áreas constituem zonas sensíveis, muitas vezes sujeitas a pressões, nomeadamente urbanísticas (expansão urbana, edificação dispersa), pelo que se afigura de extrema importância a avaliação dos impactes do Plano sobre aquelas áreas, no sentido de se encontrarem soluções compatíveis com a protecção das mesmas.

- Analisados os elementos disponibilizados verifica-se que foram considerados como Factores Críticos para a Decisão (FCD) o "Património Natural e Conservação de Recursos" e como Questão Ambiental o "Solo", com o que se concorda, salientando-se no entanto a importância de se dever prestar especial atenção aos solos de RAN.

Concorda-se, também, com a consideração do Desenvolvimento Socioeconómico como FCD, bem como com a intenção da manutenção de actividades económicas de base local, designadamente aquelas que se relacionem com a actividade agrícola.

- Esta Direcção Geral entende que deva consultar-se a Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo atendendo às suas competências sobre áreas e actividades agrícolas, bem como áreas de RAN.

Com os melhores cumprimentos.

O Director Geral

José R. Estêvão

G8



02.09.2010

DAU

REC

O R

Exmª Senhora

Presidente da Câmara Municipal de Palmela

Largo do Município,

2954-001 PALMELA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

OF/853/2010/DSVAAS/DRAPLVT

Data

24-08-2010

ASSUNTO: Plano de Pormenor de Bacelos - Palmela - AAE - Parecer à Definição de Âmbito

Em resposta ao solicitado através do ofício com a Ref. – SAI-2010/16463, de 13.08.2010, recomendamos que o conteúdo do Relatório de Ambiental aborde a questão ambiental solo no que se refere à sua eventual impermeabilização ou degradação, e em particular nos solos integrados na RAN.

Relativamente à Proposta de Plano, informamos que todas as utilizações para fins não agrícolas localizadas em áreas da Reserva Agrícola Nacional carecem de parecer vinculativo da Entidade Regional da RAN de Lisboa e Vale do Tejo, a emitir mediante requerimento do interessado ou por intermédio da Câmara Municipal, e respectivo pagamento de taxa definida por portaria (para esclarecimentos, obtenção de formulários e de documentos a anexar ao pedido de parecer, deve ser consultado o sítio www.draplvt.min-agricultura.pt no Tema "Ordenamento do Território e RAN> Reserva Agrícola Nacional> Regime de Utilização da RAN").

No caso específico da abertura de caminhos ou outras infra-estruturas públicas, a Câmara Municipal deverá formalizar o pedido à ERRALVT, no âmbito da alínea L) do nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de Março (Regime Jurídico da RAN), apresentando os elementos da listagem a obter no referido sítio, acrescentando neste caso a declaração da Assembleia Municipal de reconhecimento público da pretensão, com a fundamentação técnica que serviu de base àquela.

É fundamental que seja apresentada prova da inexistência de alternativa.


Esta Direcção Regional pronunciar-se-á em sede daquela Entidade, órgão colegial que integra e preside, com competência na emissão de parecer.

Com os melhores cumprimentos,

O Director Regional,

Nuno Russo

HC_10071

 **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA**
ENTRADA
REGIÃO
DESTINO
RECEBEM
OBRIGADO

22 09/10

MC
Ministério da Cultura

2162 17-9 '10

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA
DE LISBOA E VALE DO TEJO

Exma Senhora
Presidente da Câmara Municipal de
Palmela
Largo do Município
2954-001 PALMELA

Sua referência	Sua Data	Nossa referência	Nossa comunicação
Ofº 16465	2010/08/13	2006/15-08/596/PPO/158 c.s. 66149	

ASSUNTO : Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e
Análise dos Factores Críticos para a Decisão da AAE do Plano de
Pormenor dos Bacelos – Quinta do Anjo, Palmela.

Em resposta ao assunto supra referenciado, informo que o mesmo já foi
objecto de parecer do Senhor Director do IGESPAR, I.P., de 2010/09/13,
conforme informação nº 2522/DRCLVT/2010, de que junto cópia em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

O Director Regional de Cultura


Dr. João Soalheiro

/FC



DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA
DE LISBOA E VALE DO TEJO

Comando,

Gonçalo Couceiro
Director

ASSUNTO: Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Factores Críticos para a Decisão da AAE do Plano de Pormenor dos Bacelos – Quinta do Anjo – Palmela

CONCELHO: Palmela

REQUERENTE: Câmara Municipal de Palmela

N.º PROCESSO: 2006/15-08/596/PPO/158 C.S. 66149

DATA: 31.08.2010

INFORMAÇÃO N.º 2522/DRCLVT/2010

SERVIDÃO ADMINISTRATIVA: Grutas da Quinta do Anjo, Monumento Nacional, Decreto n.º 23740, D.G. n.º 79, de 05-04-1934 e respectiva ZP

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DE LISBOA E VALE DO TEJO

Comando, 2010.09.01
[Signature]

João Soalheiro
Director Regional

D. S. DOS BENS CULTURAIS

*Subscrevo a informação nos termos
propostos*
2010.09.01

[Signature]
Antónia Amaral
Directora de Serviços dos Bens Culturais
Nomeada em regime de substituição

N 5



Município de Palmela

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DE LISBOA
E VALE DO TEJO

Proc.º N.º 2006/15-08/596/PPO/158

C.S. 66149

Informação N.º 2522/DRCLV/2010 P. 2

1. ANTECEDENTES

Nos antecedentes inclui-se:

- informação n.º 2346/DRCLVT/2009, de 24.07.2009;
- acta de reunião CMP, de 01.07.09;
- fax n.º 41/2009/DRCLVT;
- informação técnica – memorando n.º 2317/DRCLVT/2009;
- fax Cin-2009/14062 de 16.06.2009;
- memo n.º 2781/DRCLVT/2008.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Esta apreciação / parecer fundamenta-se:

- a) Na Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, nomeadamente:
 - os Artigos 41.º, 43.º, 45.º e 51.º; e na alínea c) do Artigo 95º que se refere à vinculatividade dos pareceres;
 - os Artigos 76º a 79º, e nas alíneas g) e s) do n.º 4 do Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 96/2007 de 29 de Março conjugadas com a alínea d) do n.º 3 do Artigo 2º do Decreto Regulamentar n.º 34/2007 de 29 de Março, que se referem a património arqueológico;
 - Nas atribuições e competências do IGESPAR e da DRCLVT, consignadas no Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março e Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março, respectivamente;
- b) No Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, nomeadamente os artigos: 4º, 6º, n.º 3 do art.º 13º-A e 13º-B.

3. ELEMENTOS SUBMETIDOS A PARECER

A Câmara Municipal de Palmela submeteu os seguintes elementos a parecer "Relatório de definição do âmbito da Avaliação Ambiental e análise dos Factores Críticos para a Decisão da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Pormenor dos Bacelos – Quinta do Anjo – Palmela, enviando para o efeito:

- o relatório dos Factores Críticos para a Decisão (Julho 2010);
- o relatório do Plano de Pormenor (Dezembro de 2007).



MINISTÉRIO DA CULTURA

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DE LISBOA
E VALE DO TEJO

Proc.º N.º 2006/15-08/596/PPO/158

C.S. 66149

Informação N.º 2522/DRCLV/2010 P. 3

4. ANÁLISE DOS ELEMENTOS ENVIADOS

4.1. Relatório dos Factores Críticos para a Decisão (Julho 2010)

As solicitações efectuadas pela autarquia decorrem das exposições do n.º 3 do art.º 5 do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, tendo presente as servidões administrativas do património locais (Grutas da Quinta do Anjo, Monumento Nacional e respectiva ZP).

O documento analisado, segundo o exposto neste documento, "constitui a 1.ª Fase da elaboração do Relatório Ambiental no âmbito da Avaliação Ambiental do Plano de Pormenor dos Bacelos.

Da análise destaca-se a exposição metodológica (faseada: I - Factores Críticos para a Decisão e Contexto para a AAE; II - Análise e Avaliação; Fases seguintes), a análise das várias componentes da paisagem antropizada e a contextualização face a outros instrumentos de planeamento.

Neste documento é premente a relevância dada no documento aos valores patrimoniais em presença enquanto recurso integrado num cenário rural:

a) a caracterização efectuada considera;

- o património cultural nas mais distintas vertentes (arqueologia e p. arquitectónico e etnológico);
- a avaliação de impactes negativos potenciais sobre o mesmo;
- a respectiva salvaguarda (p.17 e 18);

b) o destaque dado às sondagens e de mais estudos realizados nas Grutas da Quinta do Anjo, classificadas enquanto Monumento Nacional e ZP em vigor, devendo ficar bem explícitas neste processo;

- a questão da Zona de Protecção face à proposta efectuada de ZEP e de área *non aedificandi* (p.17);

- o potencial arqueológico desta área;

c) as referências às construções características na área abrangida pelo PPB.

4.2. Plano de Pormenor dos Bacelos – Relatório (Dezembro 2007)

A versão apresentada em anexo ao ofício referido reduz-se ao relatório anteriormente remetido e analisado.

5. CONSIDERAÇÕES

5.1. Relatório dos Factores Críticos para a Decisão (Julho 2010)

Pelo exposto, considera-se que o relatório evidencia uma metodologia coerente que destaca os valores patrimoniais em presença enquanto recurso local notável. Os Factores Críticos para a Decisão, nos quais se inclui o património cultural que procuram dar resposta ao alcance da AAE resultam de uma análise integrada dos seguintes elementos Quadro de Referência Estratégico, de Questões estratégicas e de Factores Ambientais evidencia a convergência das questões estratégicas do PPB no âmbito dos valores culturais e patrimoniais em presença.

Handwritten signature/initials.



Museu Nacional de História

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DE LISBOA
E VALE DO TEJO

Proc.º N.º 2006/15-08/596/PPO/158

C.S. 66149

Informação N.º 2522/DRCLV/2010 P. 4

Embora não se identifiquem questões interditivas a nível da Definição dos Factores Críticos para a Decisão, há que referir que este relatório indicia uma abordagem sectorial que deveria ser reforçada pela integração dos valores patrimoniais em presença na paisagem em questão, marcante enquanto contexto rural. Assim seria expectável que neste processo se considerasse a valoração dos valores paisagísticos em presença, mediante a realização de uma análise da qualidade visual da paisagem (urbana, rural e natural), a avaliação da respectiva sensibilidade e a previsão de impactes sobre o contexto onde se integram as Grutas da Quinta do Anjo; a identificação das restrições de construção na área classificada e respectiva zona de protecção; as condicionantes a intervenções na área de elevado potencial arqueológico. Neste sentido cumpre-nos alertar que os equipamentos e as infra-estruturas, previstas para a envolvente do monumento deverão ser precedidas de uma delimitação precisa do arqueossítio, pela realização de sondagens arqueológicas em articulação com os resultados da prospecção geofísica na área das Grutas Artificiais da Quinta do Anjo. A análise do resultado da intervenção arqueológica deverá ser pluridisciplinar, incluindo abordagens no âmbito da paleoecologia, geoarqueologia, arqueobotânica e restantes especialidades consideradas relevantes para uma compreensão integrada do monumento.

5.2. Plano de Pormenor dos Bacelos – Relatório (Dezembro 2007)

Neste âmbito, remete-se para os pareceres emitidos anteriormente sobre esta versão do PPB e objecto de validação superior, nomeadamente a informação n.º 2346/DRCLVT/2009 de 24.07.10.

A consideração superior

Ana Vale, arqueóloga

Mário Fortes, arqt.º paisagista

Fátima Jorge, arquitecta



DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS ÁREAS CLASSIFICADAS | LITORAL DE LISBOA

Praça da República
2900-587 Setúbal
Portugal

T. +351.265 541 140
F. +351.265 541 155
pnarr@icnb.pt
www.icnb.pt



PARQUE NATURAL
DA ARRÁBIDA

DATA S. COMUNICAÇÃO
2010 | 08 | 15

DATA
20 | 0 | 09 | 03

S. REFERÊNCIA
SAI-2010/16470
N. REFERÊNCIA

Exm^a Sr^a Presidente da
Câmara Municipal de Palmela
Av. Rainha D. Leonor, n.º 2
2950-208 Palmela

17672/2010
REFERÊNCIA INTERNA
10193/2010
ASSUNTO

AValiação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor de BaceLOS
REQUERENTE: Câmara Municipal de Palmela

Em resposta ao vosso Ofício em epígrafe, tendo em conta que:

- 1- A zona de intervenção do PP se encontra simultaneamente abrangida pelo Parque Natural da Arrábida (embora em perímetro urbano não abrangido por regime de protecção) e pelo Sítio Arrábida –Espichel;
- 2 -A deliberação camarária de 7 de Maio de 2008 procedeu à alteração da delimitação do PP de Baelos, que assim ficou reduzida ao perímetro urbano;
- 3 - De acordo com o Plano de Ordenamento do PNA, os perímetros urbanos são considerados como áreas sem regime de protecção (vide art's 23º e 52º, da RCM nº 141/2005, de 23 de Agosto), no entanto torna-se necessário promover a salvaguarda dos valores naturais presentes na envolvente da zona de intervenção, eventualmente com estatuto prioritário para a conservação da natureza, conforme decorre dos **objectivos gerais**, vide artº 2º,Ponto2, alíneas a), c), g) e j) e dos **objectivos específicos** do POPNA, vide artº 2, Ponto 3, alíneas b) e c) de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais, paisagísticos, estéticos e culturais da região possibilitando o exercício de actividades compatíveis;
- 4 - As disposições constantes do artº 8 e do artº 10º, ponto 9, do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, na redacção dada pelo DL nº 49/2005, de 24 de Fevereiro, bem como as disposições da RCM nº 115-A/2008, quanto à necessidade de os instrumentos de gestão territorial aplicáveis deverem conter as medidas necessárias para garantir a conservação de habitats e populações das espécies que levaram à classificação dos Sítios, impõem a verificação de que a Proposta de Intervenção não é susceptível de ter efeitos significativos directos ou indirectos, cumulativos e duradouros no valor ecológico da região;
- 5 - -Persiste a necessidade de assegurar o respeito pelo estipulado pelos art's 14º e 18º do POPNA, no que respeita às áreas de protecção parcial do tipo I e complementar do tipo I, áreas adjacentes ao perímetro urbano, em que se define como objectivo prioritário a preservação e a valorização dos valores naturais relevantes para a garantia da conservação da natureza e da biodiversidade, bem como se prevê a presença de habitats constantes

Th



nos anexos da Directiva nº 92/43/CEE cuja presença importará enquadrar e compatibilizar com as actividades humanas.

Considera-se que o Plano de Pormenor de Baelos poderá potencialmente promover a ocorrência de efeitos significativos sobre áreas inseridas no Parque Natural da Arrábida e no Sítio Arrábida – Espichel pelo que importa articular o presente processo de Avaliação Ambiental com o regime de Análise de Incidências Ambientais, de acordo com as disposições conjugadas dos decretos-lei nºs 49/2005, de 24 de Fevereiro e 232/2007, de 15 de Junho.

A Avaliação Ambiental do PP deverá proceder à verificação dos efeitos que a pressão urbanística resultante da proposta de maior densidade urbana no perímetro urbano de Baelos, poderá originar enquanto geradora de maior pressão sobre a procura de espaços de lazer, de pressão pedonal e rodoviária sobre a envolvente natural, e do maior incremento da procura de actividades recreativas inseridas no âmbito do turismo da natureza e animação ambiental e turística de que poderá resultar pressão excessiva sobre as áreas de protecção complementar e parcial do PNA adjacentes ao PP, e efeitos significativos sobre os habitats classificados do Sítio, em particular o habitat 5330- matos mediterrânicos pré-desérticos, **6210 prados secos com orquídeas**, 6310 montados de *Quercus sp* e 8210 vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica.

O Quadro de Referência Estratégico constante da Proposta deverá ser completado com a ponderação da Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, aprovada pela RCM nº 152/2001, de 11 de Outubro e do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovado pela RCM nº115-A/2008, de 21 de Julho, documentos pertinentes para a avaliação de efeitos significativos no Sítio Arrábida – Espichel.

De acordo com as normas internas em vigor no ICNB (Maio, 2010) o factor ambiental Biodiversidade, que no âmbito da Proposta se encontra pouco explicitado no FCD- **Património Natural e Conservação de Recursos**, deve ser estudado com recurso, entre outros, aos seguintes indicadores temáticos: Grau de afectação na conectividade (corredores ecológicos), Afectação de zonas com risco diferenciado para espécie de fauna e flora; Espécies da flora e da fauna afectadas: número, estatuto de protecção legal e estatuto de ameaça das espécies afectadas, índices de biodiversidade (abundância, riqueza específica) e importância relativa no contexto regional/nacional; Grau de afectação de habitats (ha; %) e de alteração do estado de conservação de *habitats* naturais da Directiva Habitats; Grau de afectação das espécies da flora e da fauna (ex: destruição directa, mortalidade, exclusão, perda de habitat, poluição, fragmentação de habitats, efeito de barreira, impactos na dinâmica populacional e alterações na diversidade genética).

Para o desenvolvimento do processo de AlncA e melhor avaliação dos eventuais efeitos significativos sobre o ambiente poderão ser consultados os documentos “GESTÃO DOS SÍTIOS NATURA 2000:As

disposições do artigo 6.º da Directiva «Habitats» 92/43/CEE” (in

<http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/22AC88F7-7CD1-482C-AC80-824F2D28E36D/0/GestãoSítiosNatura.pdf>) e



o "Guia metodológico sobre as disposições dos nºs 3 e 4 do artigo 6º da Directiva 'Habitats' (92/43/CEE)" (in http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/CE873652-F4DA-4C1B-85D5-A2953F6A4B08/2755/natura_2000_assess_pt.pdf) que podem ser obtidos através do Portal www.icnb.pt.

Quanto à integração do Plano Sectorial no plano municipal de ordenamento do território, face à pequena dimensão territorial do PP em causa e às eventuais dificuldades de transposição cartográfica dos limites do Sítio, julga-se pertinente que a referida integração seja efectuada em sede de revisão de PDM, que aliás já se encontra a decorrer, devendo ser seguidas as Orientações constantes no "Guia Metodológico para a integração do PSRN2000 nos PMOT" (ICNB, 2008) disponível através da ligação http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/41BBF86F-90E5-4424-8C3D-80B0A846D03E/0/Guia_Met_integra_PSRN_v07082008.pdf, acessível em www.icnb.pt.

Aproveitamos para divulgar as orientações para a elaboração do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental do Plano, de acordo com as disposições constantes nas normas em vigor no ICNB, "*ORIENTAÇÕES PARA A ANÁLISE DE PROCESSOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS E PROGRAMAS EM TERMOS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE*", (Maio, 2010), deverá optar-se por uma estrutura do tipo seguinte:

Proposta de índice para um Relatório Ambiental:

1. INTRODUÇÃO
2. O PLANO DE ORDENAMENTO – visão e objectivos gerais
3. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL
 - 3.1. Objectivos
 - 3.2. Metodologia
4. OBJECTO DE AVALIAÇÃO
 - 4.1. Descrição geral da área e diagnóstico preliminar
 - 4.2. Opções estratégicas
5. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO
 - 5.1. Questões Estratégicas e Quadro de Referência Estratégico do plano de ordenamento
 - 5.2. Factores Críticos para a Decisão, critérios e indicadores
6. AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS
 - 6.1 Análise e a avaliação das oportunidades e riscos dos diferentes cenários e



respectivas opções estratégicas

6.2 Identificação das medidas destinadas a prevenir, reduzir ou eliminar os efeitos adversos das diferentes opções

7. DEFINIÇÃO DE UM PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

7.1 Identificação das medidas de avaliação e controlo da implementação do plano

7.2 Identificação de medidas de análise de sinais críticos de mudança

8. CONCLUSÕES

9. RESUMO NÃO TÉCNICO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

No que se refere à conservação da natureza e biodiversidade de planos/programas sujeitos a Avaliação Ambiental, o ICNB considera que um Relatório Ambiental deverá atender ao seguinte:

1. Identificação das classificações ambientais, nacionais, comunitárias e internacionais, existentes na área do plano, bem como, dos respectivos objectivos de protecção e dos IGT em vigor.

1.1 - Área Classificada, (Área Protegida e sítios da Rede Natura 2000 - SIC e ZPE)

1.2 – REN/ RAN/ DH

1.3 - Outras Classificações

1.4 – Planos Sectoriais

1.5 – Planos Especiais

1.6 - Planos de Bacia

1.7 – PMOTS em Rede Natura 2000 cujo relatório de revisão/elaboração integra medidas relativas ao cumprimento das Directivas Aves e/ou Habitats

2. Descrição dos valores naturais presentes

2.1 - No âmbito do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro deverão ser referidos, identificando os de conservação prioritária:

2.1.1 – Espécies da fauna

2.1.2 – Espécies da flora

2.1.3 – Habitats naturais



2.1.4 – Espécies ou habitats naturais cuja representação na Rede Natura 2000 é considerada insuficiente ou sem informação que o fundamente

2.2 – Outros valores naturais considerados relevantes, incluindo com estatuto de conservação desfavorável

2.3 – Factores de conectividade

2.4 – Deverá ainda ser uma descrição dos valores de geologia e paisagem presentes no território abrangido pelo plano.

2.4.1 - Geologia

2.4.2 - Paisagem

3. Identificação do nível de afectação potencial dos valores naturais presentes decorrentes da implementação das diferentes opções estratégicas/cenários do plano tendo em conta os seus objectivos, incluindo a identificação do eventual carácter significativo dos impactes sobre a Rede Natura 2000 (*sensu* art. 10º do Decreto-lei n.º 140/99, de 24 de Abril, republicado pelo decreto-lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro)

4. Identificação de medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos resultantes da aplicação do plano – estas medidas deverão pelo menos resolver os impactes identificados no âmbito de cada um dos FCD e ser posteriormente consideradas em fase de AIA;

5. Razões que justificam as alternativas (opções estratégicas/cenários) escolhidas e descrição do modo como se procedeu à avaliação;

6. Descrição das medidas de controlo previstas, no que respeita aos impactes identificados no âmbito de cada um dos FCD, através da monitorização do(s) indicador(es) respectivo(s), e às dimensões críticas cuja alteração poderá determinar a necessidade de revisão do Plano.

Ficamos contudo à disposição para os esclarecimentos que julguem necessários.

Com os melhores cumprimentos,

A Directora do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas
do Litoral de Lisboa e Oeste

Teresa Leonardo
Directora Adj. do Depto. de
Gestão de Áreas Classificadas
Litoral de Lisboa e Oeste

Sofia Castel-Branco da Silveira

Exm^a. Senhora
Dr^a. Ana Isabel Vilão
Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico
Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município
2954-001 PALMELA

V/ Ref^a SAI-2010/16450 de 13/08/2010

N/ Ref^a 2010.SAI.16759/DQO/DOT/G
Proc^o. 14.01.11/412 20.AGO 2010

ASSUNTO: Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Factores Críticos para a Decisão da AAE do Plano de Pormenor dos Bacelos - Quinta dos Anjo – Palmela

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, informa-se V. Exa. que nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 56º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, bem como no n.º 3 do Art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a competência para a emissão do parecer solicitado é cometida às entidades com responsabilidades ambientais específicas. Neste entendimento, e atentas as atribuições cometidas ao Turismo de Portugal, I.P., não detém este Instituto competências para emissão do parecer solicitado.

Com os melhores cumprimentos

A Directora do Departamento de
Ordenamento do Território



Fernanda Praça

FP/fv



MUNICÍPIO DE PALMELA - CÂMARA MUNICIPAL

DIVISÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL

Informação Técnica

GÉNERO	NÚMERO	DATA	PROCESSO
Parecer	2010/28263	14.10.10	85.2.1(2)/90
PARA		DE	
Arqt.ª Ana Isabel Vilão - DAU		Maria Teresa Rosendo	
ASSUNTO			
AAE do PP Bacelos. FCD Património Cultural			
cc	Arqt.º Jorge Moura; Dr. Calado Mendes		

Considera-se que o Relatório dos Factores Críticos para a Decisão, no âmbito da AAE do PP Bacelos, conjugou uma metodologia que destaca os valores patrimoniais, como recurso relevante para o desenvolvimento sustentável da área de incidência do Plano de Pormenor, evidenciando uma análise integrada dos elementos do quadro de Referência Estratégico, das Questões estratégicas e dos Factores Ambientais.

No entanto, consideramos que o mesmo poderia ser mais assertivo e incisivo, tal como referido no parecer produzido pelo IGESPAR e pela DRCLVT (ENT 2010/32992), no que se refere à articulação dos valores patrimoniais existentes com os valores paisagísticos em presença. Concordamos por isso, com a proposta da realização de uma análise da qualidade visual da paisagem em questão, a avaliação da sua sensibilidade e a avaliação dos riscos de descaracterização da área de incidência do PP Bacelos.

O Relatório apresentado, embora corresponda a uma primeira abordagem diagnóstica poderia ter sido mais objectivo nomeadamente, no ponto das condicionantes das intervenções na área classificada e respectivas zonas de protecção e de elevado potencial arqueológico.

Neste sentido, o Estudo de Incidências Ambientais (EIncA) e o Relatório Ambiental deverão ter em atenção estas considerações e as indicações constantes no parecer anteriormente referido, possibilitando uma avaliação e análise mais específica relativas ao património arqueológico, considerando-se de máxima relevância a realização de uma intervenção arqueológica de diagnóstico, que permita a despistagem dos elementos obtidos na prospecção geofísica (já realizada), por forma, a melhor caracterizar o monumento e a sua envolvente. Acções estas que deverão ser continuadas e complementadas com a realização de um projecto arqueológico de natureza pluridisciplinar, com abordagens no âmbito das arqueociências (geoarqueologia; arqueobotânica; paleoecologia, zooarqueologia; antropologia) e restantes especialidades.

A Chefe de Divisão

(Maria Teresa Rosendo)

MS/MS

DESPACHOS



MINISTÉRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
INTERNA



Câmara Municipal de Palmela

Largo do Município
2951-505 Palmela

Vossa ref./Your ref.

Vossa data/Your date

Nossa ref./Our ref.

Data/Date

OF/18064/CDOS15/2010

2010-10-01

Assunto/Subject: Planos de ordenamento do território - Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor dos Baceiros, Quinta do Anjo, Palmela

Exmos. senhores

No seguimento do vosso ofício, Ref. SAI-2010/16455, de 13 Agosto de 2010, enviado à ANPC, relativo ao assunto em epígrafe, junto se envia Parecer sobre o Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor dos Baceiros, Quinta do Anjo, do município de Palmela.

Com os melhores cumprimentos,

O Comandante Operacional Distrital

António Gualdino

Parecer - Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), Plano de Pormenor dos Babelos

Nos termos do RJGT (Art.75º-C do DL 46/2009, de 20 de Fevereiro) somos a emitir as seguintes considerações:

1. Definição do âmbito da AAE

No âmbito da consulta inicial, o procedimento deverá informar relativamente aos seguintes pontos:

- Quadro de Referência Estratégico utilizado (incluir todos os que contenham orientações relativas aos Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) presentes no perímetro do plano e envolvente.
- Factores Ambientais ou Factores Críticos de Decisão (Incluir os RNT).
- Indicadores ou evidências de processos biofísicos ou antrópicos que possam conduzir a situações de acidente grave ou catástrofe.
- Possíveis efeitos ambientais introduzidos pelo Plano de Urbanização ao nível da segurança de pessoas e bens (nomeadamente, agravamento, mitigação ou sem efeitos).
- Propostas alternativas ao planeamento inicial, caso exista introdução ou agravamento de RNT.
- Outros¹ (Caderno Técnico PROCIV6).

2. Alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental

- Assegurar que absorve o proposto na definição de âmbito de AAE.
- Assegurar a ponderação de todas as condicionantes, especialmente as relacionadas com as vulnerabilidades da população/ território e os riscos naturais e tecnológicos.
- Garantir a integração das questões de protecção civil na preparação e aprovação do Plano de Pormenor, num quadro de desenvolvimento local.
- Garantir que os planos de protecção civil são considerados como referência para aplicação e desenvolvimento do Plano de Urbanização.
- Identificar e caracterizar os perigos, eventos ou situações, de origem natural, tecnológica ou antrópica, com potencial para causar ou criar danos consideráveis nesse território e respectiva área de intervenção.
- Identificar as áreas de maior vulnerabilidade e susceptíveis de serem afectadas por riscos colectivos.
- Analisar para cada tipo de risco, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados.

¹ Ponto 4, Caderno Técnico PROCIV6, pag. 16



- Representar cartograficamente as áreas de vulnerabilidade ou perigosidade, assim como os meios previstos para a sua mitigação (ex. *Rede de combate a incêndios urbanos; localização de Quartel dos CBV mais próximo; outros.*);
- Identificar todos os instrumentos que concorrem para a mitigação dos riscos (exemplo, planos que abordem a gestão do risco, incluindo as medidas de prevenção, de protecção, de inspecção e auditoria, de autoprotecção, de organização das forças de intervenção e de prontidão para o socorro).
- Prever no processo de planeamento, a gestão e regulação das áreas de vulnerabilidade, perigosidade ou risco, assim como dispositivos, que permitam minimizar os efeitos das potenciais consequências.
- Apresentar propostas de monitorização pormenorizada das áreas com efeitos significativos na segurança de pessoas, bens e ambiente, decorrentes de riscos naturais e tecnológicos.
- Prever o envolvimento do Serviço Municipal de Protecção Civil no processo de planeamento, de forma a contribuir para a articulação entre o ordenamento do território e a política de protecção civil a nível municipal.

3. Considerações Finais

Sugere-se a consulta do *Caderno Técnico Prociv 06 – Manual para a elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente de Protecção Civil*, disponível on-line através do endereço www.prociv.pt.

Sempre que não seja possível a aplicabilidade de determinadas propostas deve ser apresentada justificação (devidamente fundamentada) para a sua não utilização ou estudo.

Para eventuais esclarecimentos ou envio de documentação referente ao Plano podem ser enviados para o endereço electrónico sandra.reis@prociv.pt, a fim de serem atempadamente apreciados.

A Representante ANPC,

(Sandra Reis)

(Lic.ª Geografia e Planeamento Regional - Geografia Física)



Informação Técnica

*GÉNERO	NÚMERO	DATA	PROCESSO
		27/10/2010	
PARA		DE	
Arq. Ana Isabel Vilão		Arq. Marisa Mateus Pereira	
ASSUNTO			
PP dos Bacelos – Análise do Relatório dos Factores Críticos para a decisão de AAE e consulta às ERAE			
cc			

1. Na sequência da entrega do Relatório dos Factores Críticos para a Decisão (RFCD), relativo à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Pormenor dos Bacelos (Plano) foram realizadas diversas consultas a treze entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) na área de intervenção do Plano.

A presente informação tem como objectivo efectuar uma análise resumida do RFCD e das considerações feitas pelas ERAE que responderam à consulta, até à data.

2. Lista das ERAE consultadas:

- Autoridade Florestal Nacional – resposta em 11-10-2010
- Autoridade Nacional de Protecção Civil – resposta em 01-10-2010
- Agência Portuguesa do Ambiente – resposta em 13-10-2010
- Administração Regional Hidrográfica do Tejo – **Não respondeu**
- Administração Regional de Saúde – resposta em 09-09-2010
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de LVT – resposta em 13-09-2010
- Direcção Geral de Agricultura e Pescas – resposta em 02-09-2010
- Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural – resposta em 30-08-2010
- Direcção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo – resposta em 22-09-2010
- Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – resposta em 16-09-2010
- Instituto de Gestão do Património Arquít. e Arqueológico – resposta em 22-09-2010
- Junta de Freguesia de Quinta do Anjo – **Não respondeu**

DESPACHOS



Informação Técnica

- Turismo de Portugal – resposta em 07-09-2010

3. As considerações emitidas pelas ERAE referem-se na sua generalidade ao RFCD, concordando em maioria com os FCD apresentados; no entanto, importa mencionar alguns excertos desses mesmos pareceres quanto a esta matéria:

ICNB

a) *“Considera-se que o Plano de Pormenor de Bacelos poderá potencialmente promover a ocorrência de efeitos significativos sobre áreas inseridas no Parque Natural da Arrábida e no Sítio Arrábida-Espichel pelo que importa **articular o presente processo de Avaliação Ambiental com o regime de Análise de Incidências Ambientais**, de acordo com as disposições conjugadas dos decretos-lei n.ºs 49/2005 de 24 de Fevereiro e 232/2007 de 15 de Junho.”*

b) *“De acordo com as normas internas em vigor no ICNB (Maio 2010) **o factor ambiental Biodiversidade, que no âmbito da proposta se encontra pouco explicitado no FCD – Património Natural e Conservação de Recursos**, deve ser estudado com recurso, entre outros, aos seguintes indicadores temáticos: Grau de afectação na conectividade (corredores ecológicos), Afectação de zonas com risco diferenciado para a espécie de fauna e flora; Espécies da flora e da fauna afectadas: número, estatuto de protecção legal e estatuto de ameaça das espécies afectadas, índices de biodiversidade (abundância, riqueza específica) e importância relativa no contexto regional/nacional; Grau de afectação de habitats (ha, %) e de alteração do estado de conservação de habitats naturais da Directiva Habitats; Grau de afectação das espécies da flora e fauna (ex: destruição directa, mortalidade, exclusão, perda de habitat, poluição, fragmentação de habitats, efeito de barreira, impactos na dinâmica populacional e alterações na diversidade genética).”*

DRC-LVT

*“Embora não se identifiquem questões interditivas a nível da Definição dos Factores Críticos para a Decisão, há que referir que **este relatório indicia uma abordagem sectorial que deveria ser reforçada pela integração dos valores patrimoniais em presença na paisagem em questão, marcante enquanto contexto rural. Assim seria expectável que neste processo se considerasse a valoração dos valores paisagísticos em presença**, mediante a realização de uma análise da*



Informação Técnica

qualidade visual da paisagem (urbana, rural e natural), a avaliação da respectiva sensibilidade e a previsão de impactes sobre o contexto onde se integram as Grutas de Quinta do Anjo; a identificação das restrições de construção na área classificada e respectiva zona de protecção; as condicionantes a intervenções na área de elevado potencial arqueológico. Neste sentido cumpre-nos alertar que os equipamentos e as infra-estruturas previstas para a envolvente do monumento deverão ser precedidas de uma delimitação precisa do arqueossítio, pela realização de sondagens arqueológicas em articulação com os resultados da prospecção geofísica na área das Grutas Artificiais de Quinta do Anjo.”

CCDR-LVT

A CCDR-LVT começa por referir que existe uma dualidade quanto à figura de AAE a que o Plano deve ser sujeito, uma vez que no RFCD aparece mencionada a AAE e a Ainca, devendo ser esclarecida esta questão.

*a) “As razões pelas quais se realiza a avaliação ambiental não são claras, sobretudo porque na contextualização o relatório desvaloriza os aspectos influentes em matéria ambiental (como seja registar que as acções previstas não são significativas neste âmbito), salientando apenas a questão dos limites das áreas em causa. Assim, **a equipa da avaliação deve identificar as razões que fundamentam o próprio exercício**, razão pela qual é necessária a sua colaboração. Deverá ainda clarificar a situação sobre a realização do Estudo de Incidências Ambientais, suas razões e compatibilização, de contexto e objectivos, com a Avaliação Ambiental em curso.”*

*b) “Ao nível da Socioeconomia, **considera-se que o factor crítico “desenvolvimento socioeconómico” não apresenta características críticas para a decisão**, mas que corresponde meramente a objectivos gerais do Plano e do Município para o território, **propondo-se assim que o mesmo seja retirado**.*

*Por outro lado, as dinâmicas territoriais apenas se apresentam “críticas” do ponto de vista de comprometerem, ou não, uma valorização territorial, que já tem implícita a sustentabilidade (designadamente face ao valor natural também). Assim, **este domínio das dinâmicas territoriais tem um interesse relevante enquanto valia socioeconómica, sintetizada na valia territorial. Este é o interesse que se julga relevante na abordagem e natureza da avaliação ambiental.**”*



Informação Técnica

c) “- **Deverá ser avaliado o contributo do PP para o desenvolvimento de um sistema urbano equilibrado**, da relação espaço urbano/espaço natural e de que modo assegura uma adequada organização e utilização do território e acesso às funções urbanas.

- Apesar de o Ordenamento do território não ter sido considerado um FCD, o mesmo encontra-se implícito no FCD “**Dinâmicas territoriais e Estrutura Urbana**”. **Considera-se relevante o protagonismo que este FCD assume no relatório**, consistindo num factor fundamental de análise e que funcionará como garante importante para a sustentação da opção planificadora prevista para aquela área. Os critérios e objectivos subjacentes a este FCD são diversos (compatibilização com os IGTs; compatibilização com servidões e restrições de utilidade publica existentes no local; Uso do Solo; Estrutura Urbana; etc.)

Contudo, e uma vez que o Plano prevê intervenções directamente relacionadas com as Grutas de Quinta do Anjo e se pretende a criação de uma série de infra-estruturas relacionadas com o desenvolvimento de actividades na área do Turismo, prevê-se um aumento significativo da afluência e circulação de pessoas e veículos, afigurando-se **pertinente considerar as questões relacionadas com as acessibilidades**. Neste âmbito devem ser consideradas soluções inovadoras na organização de transportes de forma a estabelecer qual o grau e o impacte que o Plano produzirá em termos de alternativas viáveis de mobilidade ao automóvel privado.

- Para cada um dos FCD definidos, são apresentados critérios de avaliação que referem genericamente objectivos de sustentabilidade e indicadores, sendo que **os indicadores definidos são muito genéricos**. Os indicadores devem ser específicos, preferencialmente mensuráveis, de modo a demonstrar o seu contributo para o desenvolvimento equilibrado e sustentado do território.”

d) “A definição de âmbito da Avaliação Ambiental do PP de Bacelos refere o **Ruído** como uma preocupação a ter em consideração, contudo não define objectivos relevantes e indicadores para fase de seguimento do processo de AAE.

A título meramente indicativo, propomos:

- Objectivos de sustentabilidade

- Caracterizar e avaliar o ambiente sonoro na área do PP

- Criar soluções de ordenamento do espaço territorial que promovam a qualidade do ambiente sonoro, tendo em conta as fontes sonoras existentes e previstas;



Informação Técnica

- *Garantir a classificação das zonas sensíveis e/ou mistas na área do plano; e,*
- *Implementar, caso necessário, medidas de redução de ruído com vista ao cumprimento dos valores-limite dos indicadores de ruído legalmente definidos.*

- Indicadores

- *Percentagem de área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas exposta a níveis sonoros superiores aos valores-limite; e/ou,*
- *Percentagem de população exposta aos valores superiores aos limites legais; e/ou,*
- *Percentagem de redução de fonte de ruído.”*

ANPC

“No âmbito da consulta inicial, o procedimento deverá informar relativamente aos seguintes pontos:

- *Quadro de Referência Estratégico utilizado (incluir todos os que contenham orientações relativas aos **Riscos Naturais e Tecnológicos** (RNT) presentes no perímetro do plano e envolvente.*
- *Factores ambientais ou Factores Críticos de Decisão (Incluir os RNT).*
- *Indicadores ou evidências de processos biofísicos ou antrópicos que possam conduzir a situações de acidente grave ou catástrofe.*
- *Possíveis efeitos ambientais introduzidos pelo Plano ao nível da segurança de pessoas e bens (nomeadamente, agravamento, mitigação ou sem efeitos).*
- *Propostas alternativas ao planeamento inicial, caso exista introdução ou agravamento de RNT.*
- *Outros (Caderno Técnico PROCIV6)”*

4. A acrescer às considerações relativamente aos FCDs as entidades na sua grande maioria, teceram também orientações para a próxima fase da AAE – o Relatório Ambiental (RA) – tendo descrito quais os conteúdos que na sua óptica deverão constar no mesmo e delineando em alguns casos uma estrutura suporte ao documento, orientações estas que consideramos bastante convenientes nesta fase dos trabalhos e as quais deverão ser tidas em conta pela equipa, aquando da realização do RA.



Informação Técnica

4.1. Temos ainda a referir que:

4.1.1. Relativamente à dúvida quanto à figura de Avaliação Ambiental a realizar para este Plano, entendemos que deverá prosseguir a AAE em curso, tendo em conta a estrutura e análise mais pormenorizada de uma AlncA, uma vez que a natureza e características do território em estudo se aproximam mais de uma escala de um projecto do que de um plano de ordenamento estratégico. Desta forma estarão articulados os dois procedimentos e serão avaliados os conteúdos num método mais detalhado.

4.1.2. Quanto às considerações feitas pela DRC-LVT relativamente aos equipamentos e infra-estruturas propostas na envolvente das Grutas de Quinta do Anjo, considerando que os resultados obtidos nas últimas sondagens demonstram que o Plano não está a propor qualquer construção sobre os locais onde foram identificadas probabilidades de existência de outras grutas, fica assim salvaguardado o monumento e a sua envolvente. Além disso, encontra-se já identificada na proposta de Plano a obrigação de zelar, na fase de implementação da proposta e por via da adequada regulamentação, a salvaguarda do monumento bem como de outros que venham a ser confirmados, assim como da sua envolvente paisagística.

4.1.3. Indicadores – como referido no parecer da CCDR-LVT, os indicadores apresentados são muito genéricos; devem ser mais específicos e de preferência mensuráveis.

Exemplos:

- Estrutura urbana/Acessibilidades:
 - N.º de novos acessos e respectiva área;
 - N.º de novos lugares de estacionamento;
 - Evolução da área afecta aos percursos pedonal, ciclável e/ou misto;
 - Taxa de população com acesso aos transportes públicos;
- Emprego:
 - Evolução do n.º de postos de trabalho;
 - N.º e percentagem do tipo de emprego ao nível da freguesia;



Informação Técnica

- Flora:
 - Variação/levantamento do nº de sobreiros;

- Água:
 - Variação do n.º de ocorrências de situações de cheia a jusante da área do Plano;
 - Grau de impermeabilização;
- Resíduos:
 - Incremento de % de população servida por eco-pontos;

5. Conclusão

Propomos que seja informada a equipa sobre o conjunto de pareceres recebido para que proceda à ponderação dos contributos recebidos, prosseguindo a elaboração dos trabalhos na sua próxima fase – elaboração do Relatório Ambiental e proposta de Plano.

A técnica,

ARSLVT

Administração Regional de Saúde
de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.



Ministério da Saúde



D. P. / P. U.
RECEBIDO

EM 9 / 9 / 10

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA
CONTERPODESA

ENTRADA

REGISTO

08/09/10

2010/31367

09/09/2010

Jaime

e/curios

À DPU

09/09/2010

Exmo(a) Senhor(a)

Presidente da Câmara Municipal de Palmela

Largo do Município

2954-001 - PALMELA

Sua Referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

Data

19874 / DSP / 2010

31-08-2010

Assunto **Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Factores Críticos para a Decisão da AAE do Plano de Pormenor dos Bacelos Quinta do Anjo - Palmela.**

Em resposta ao vosso ofício nº 16461 de 13/08/2010, junto se envia a V. Ex^a O Parecer Sanitário nº 36-10.PO/ES, elaborado pela Eng^a. Sanitarista M. Elisa Duarte.

Com os melhores cumprimentos,

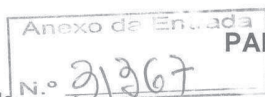
O Director do Departamento de Saúde Pública

Professor Doutor António Tavares

/AA



Administração Regional de Saúde de
Lisboa e Vale do Tejo, IP



PARECER SANITÁRIO Nº 36- 10.PO/ES

António Lages
Director do Departamento de
Saúde Pública da Administração
Regional de Saúde de Lisboa e
Vale do Tejo

Concordo
ARL
30.08.2010

HEUX

OBJECTIVO – Avaliação ambiental estratégica (AAE) do Plano de Pormenor de Babelos.
Relatório de definição do âmbito da avaliação ambiental – Factores
Críticos para a Decisão.
REQUERENTE – Câmara Municipal de Palmela.

INTRODUÇÃO

O requerente pretende um parecer sobre o Relatório de definição do âmbito da Avaliação Ambiental e análise dos Factores Críticos para a decisão da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Pormenor de Babelos.

A área de intervenção do Plano de Pormenor de Babelos, na Quinta do Anjo, abrange uma área de 19,14 hectares. Caracteriza - se por uma estrutura urbana e uma envolvente fortemente rural, sujeitas a pressões intensas de transformação urbanística e funcional.

PARECER SANITÁRIO

Este Serviço concorda com os objectivos definidos no Plano de Pormenor, para a área de intervenção, baseados essencialmente na sustentabilidade urbana e nas questões ambientais.

Considera no entanto absolutamente essencial:

1. Adequar as **infra-estruturas** de abastecimento de água, águas residuais e resíduos ao aumento de cargas resultantes pela reconversão/expansão urbana, tendo em consideração as medidas a adoptar relativas a:
 - Água para consumo humano:
 - A protecção das captações da água destinada ao consumo humano, cumpra com o estipulado no Decreto-Lei nº382/99, de 22 de Setembro, de modo a minimizar os riscos de poluição;
 - Se assegure que a população servida pelos sistemas públicos de abastecimento, dispõe de água em quantidade (quer em caudal, quer em pressão) e que a sua qualidade cumpre com o disposto no Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto;
 - O sistema de distribuição de água de abastecimento, esteja de acordo com o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Águas e Drenagem de Águas Residuais, aprovado pelo Decreto Regulamentar nº23/95, de 23 de Agosto, e respectiva Declaração de Rectificação nº153/95, de

Serviço de Engenharia Sanitária

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 91 - 3º Dto 2900-329 SETÚBAL ☎ 265 549 701/21 ☎ 265 532 631
✉ elisad@srssetubal.min-saude.pt



Administração Regional de Saúde de
Lisboa e Vale do Tejo, IP

PARECER SANITÁRIO Nº 36- 10.PO/ES

PEUX

30 de Novembro. A concepção da rede seja tal que permita a desinfecção de troços após a intervenção no sistema;

- **Águas residuais:**
 - As áreas urbanas e urbanizáveis na área de influência sejam servidas por redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais separativas, de acordo com o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Águas e Drenagem de Águas Residuais;
 - Seja garantido o tratamento de todas as águas residuais domésticas produzidas na área de influência;
 - Sejam garantidas medidas adequadas na reutilização das águas residuais (pluviais), designadamente na concepção do sistema de distribuição, nomeadamente, a localização relativa da rede de distribuição de água residual face à rede de distribuição de água de consumo humano, de forma a evitar eventuais contaminações (a rede de água residual deve localizar-se em cota inferior). Nos reservatórios e em todos os pontos de água devem ter, em local bem visível, sinalização de água não potável;
- **Resíduos** - Se garanta a gestão dos resíduos, tendo em conta os princípios da reutilização e valorização. Prever a localização em sítios estratégicos de Ecopontos, por forma a implementar a valorização de resíduos urbanos;
- 2. **Ruído** - Se garanta o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei nº9/2007 de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº278/2007 de 1 de Agosto, designadamente a previsão do ruído como consequência do aumento do tráfego rodoviário e a ocupação dos solos em função das cartas de ruído, construídas a partir da aplicação do RGR, de modo a evitar incómodos para terceiros;
- 3. **Planeamento urbano:**

Se privilegiem os núcleos residenciais que favoreçam a integração e dinamização do convívio local, devendo ser criados/recuperados:

 - Espaços de ligação entre os diferentes pontos da aldeia que permitam a deslocação a pé ou de bicicleta em condições de segurança e conforto;
 - Espaços verdes de lazer, com zonas de sombras com que permitam o usufruto individual ou colectivo e promovam as relações de vizinhança;

Serviço de Engenharia Sanitária

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 91 - 3º Dto 2900-329 SETÚBAL ☎ 265 549 701/21 📠 265 532 631
✉ elisad@srssetubal.min-saude.pt



Administração Regional de Saúde de
Lisboa e Vale do Tejo, IP

PARECER SANITÁRIO Nº 36- 10.PO/ES

PELIX

- Parques urbanos que incluam equipamentos lúdicos e recreativos adaptados aos diferentes grupos etários;
 - Vias de comunicação internas e espaços de estacionamento, em condições de segurança;
 - Vias de comunicação externas privilegiando os transportes públicos;
 - Devem ser previstas medidas que facilitem a deslocação de pessoas com mobilidade condicionada;
4. **Barreiras arquitectónicas** - o cumprimento em tudo o aplicável do preceituado no Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto, no que se refere à eliminação de barreiras arquitectónicas na via pública (incluindo parques de estacionamento públicos);

Nota: Este Serviço sugere ainda a consulta das “Fichas Técnicas sobre Habitação e Saúde”, de 2009, disponível no sítio da Direcção-Geral <http://www.dgs.pt/>, designadamente as Fichas Técnicas nºs:

- 2.1 – Habitação e Promoção da Saúde;
- 2.2 – Bioclimas Humanos: Um instrumento para o Planeamento, o Desenho Urbano e a Arquitectura;
- 2.3 – Planeamento urbano, qualidade de vida e saúde;
- 2.4 – Bem-estar na envolvente residencial;
- 2.5 – Bem-estar e tipos de soluções habitacionais;
- 2.6 – Problemas sociais na habitação;
- 3.1 – Construção sustentável – Enquadramento;
- 3.2 - Construção sustentável – Materiais de construção.

Setúbal, 28 de Agosto de 2010

M. Elisa Duarte
(Eng^a Sanitarista)

Serviço de Engenharia Sanitária

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 91 - 3º Dto 2900-329 SETÚBAL ☎ 265 549 701/21 📠 265 532 631
✉ elisad@srssetubal.min-saude.pt